

ENGAVETADO

Os vereadores Cristiano Pinto Ferreira (à dir.) e Amélia Naomi protocolaram projetos que proíbem a exploração das cavas na Câmara em dezembro de 2007



Fotos: Flávio Pereira

Meio Ambiente

Vereadores 'esquecem' as cavas de areia

Desde 2007, Câmara de São José mantém na gaveta dois projetos que proíbem a extração de areia na cidade

Cury quer passar o poder ao Comam

São José dos Campos

O prefeito Eduardo Cury encaminhou à Câmara em outubro um projeto de lei que dá ao Conselho Municipal de Meio Ambiente o poder de deliberar sobre projetos de extração mineral, como a exploração de cavas de areia.

A proposta reedita um texto que já havia sido discutido pelo governo com as entidades ambientalistas da cidade em 2007 —na época, a matéria acabou sendo engavetada após pressão de setores da sociedade contrários à atuação dos areeiros.

Hoje, o Comam atua como um órgão consultivo, emitindo pareceres sobre projetos que causem impactos ao meio ambiente. Pela proposta do prefeito, o colegiado passaria a ter poder de decisão sobre questões como mineração, o plantio de eucalipto e intervenções em áreas de várzea.

O projeto também altera a composição do conselho, ampliando a participação da prefeitura —mesmo com a redução do total de cadeiras, de 37 para 25, o governo passaria a contar com um representante a mais (saltaria de seis para sete).

As modificações propostas foram duramente criticadas por ambientalistas, incluindo membros do próprio Comam.

Pressionado, o governo retirou no começo deste mês o rito de urgência do projeto, postergando para fevereiro o prazo-limite para emendas dos vereadores.

Setor doou recursos à campanha do PSDB

Empresários do setor areeiro doaram recursos para a campanha do prefeito Eduardo Cury à reeleição. Segundo informações do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o atual presidente do SindAreia (sindicato que representa os portos de areia do Estado), Carlos Eduardo Pedrosa Aurichio, repassou um cheque de R\$ 1.000 ao comitê eleitoral do tucano. Outro empresário do setor, Walter Toscano, que já foi presidente do SindAreia, doou outros R\$ 1.000 para a campanha de Cury. Nenhum deles foi localizado pelo valeparaibano para falar sobre o assunto.

Max Ramon

São José dos Campos

Dois projetos de lei que visam proibir em definitivo a exploração de cavas de areia em São José dos Campos estão parados há dois anos na Câmara, sem prazo para votação.

As propostas restabelecem um tópico que foi suprimido da Lei Orgânica do Município em 2001 —atualmente, a atividade é permitida pela legislação, mas não é regulamentada.

Um dos projetos contra a extração de areia tem como autor o vereador Cristiano Pinto Ferreira (PSDB), membro da base de sustentação do prefeito Eduardo Cury (PSDB).

O outro é assinado pela vereadora Amélia Naomi (PT), que integra a bancada da oposição.

De acordo com a base de dados do Legislativo, as duas propostas deram entrada em dezembro de 2007. Até hoje, elas não receberam sequer os pareceres das comissões temáticas da Casa —condição legal para que qualquer matéria seja submetida à votação do plenário.

Ambientalistas da cidade temem que o atual vácuo da legislação estimule manobras em favor dos areeiros.

Em outubro deste ano, o prefeito chegou a encaminhar à Câmara um projeto delegando ao Comam (Conselho Municipal de Meio Ambiente) o poder de deliberar sobre projetos de mineração. A votação da matéria acabou sendo adiada para 2010, após pressão de entidades (leia texto nesta página).

JUSTIFICATIVAS - A vereadora Amélia Naomi acusa a bancada governista —que possui ampla maioria na Câmara— de boicotar seu projeto contra a extração de areia.

Segundo a petista, a matéria só não foi colocada em discussão por falta de "vontade política".

"[O projeto] Não foi votado ainda porque cabe ao presidente da Câmara definir a pauta de votações. É uma questão basicamente política", disse a parlamentar.

"Os vereadores da base de sustentação do prefeito não tem interesse em votar esse projeto. É necessário que haja uma pressão da sociedade."

Cristiano Pinto Ferreira admite que a votação de seu projeto "demorou mais que o normal", mas alega que esse atraso "acabou sendo importante".

"Hoje, a realidade de São José é outra. Nem eu mesmo estou ▶



BOICOTE?

Cava desativada na estrada da Várzea Grande, em S. José; para oposição, bancada governista boicota votação de projeto que proíbe a extração de areia

Saiba mais

O que diz a lei hoje?

A atual redação do artigo 259 da Lei Orgânica do Município, em vigor desde 2001, autoriza a exploração de cavas nas várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari, mas condiciona o exercício da atividade a uma regulamentação por parte da prefeitura —para que a extração de areia seja liberada, basta que o governo municipal fixe regras para o setor.

O que prevêem os projetos?

As propostas em tramitação na Câmara restabelecem o antigo texto da Lei Orgânica, vetando em definitivo a extração de areia

▶convicto de que o antigo texto da Lei Orgânica deve ser reestabelecido", afirmou o tucano.

"Na época [ao protocolar o projeto], eu tinha uma convicção. Hoje, não tenho mais. Até mesmo entre os ambientalistas existem divergências", acrescentou.

Para o vereador, a Câmara deve "abrir um debate com a comunidade" antes de tomar qualquer decisão sobre o assunto.

"Acho que esse é o momento para iniciarmos uma discussão com a sociedade, saber se ela acha que realmente é necessário reestabelecer o antigo texto da lei", disse.

O presidente da Câmara, Alexandre da Farmácia (PR), responsável pela elaboração da pauta da Casa, alega que só não colocou os projetos contra a extração de areia em votação porque os autores não pediram.

"Sempre incluí os projetos de acordo com a solicitação dos vere-

adores, e posso assegurar que não me solicitaram nada nesse sentido até o momento", afirmou.

"Como presidente da Casa, sou sempre imparcial. Não discuto o mérito dos projetos. Eu coloco na pauta o que os vereadores pedem. Depois, o plenário decide se aprova ou não o projeto."

BRECHAS - O ambientalista Vicente Cioffi, membro suplente do Comam, levanta suspeitas sobre a demora na votação dos projetos.

"Está havendo, no mínimo, uma omissão por parte do Legislativo. É preciso saber que forças ocultas estão realmente impedindo a discussão dessas propostas", disse.

"A aprovação desses projetos seria a melhor forma de proteger a cidade, já que hoje existe um vácuo na nossa Lei Orgânica. Ela não libera, mas também não proíbe a extração de areia no município", concluiu.

Polêmica já derrubou secretário

São José dos Campos

A exploração de cavas de areia foi proibida em São José em 1994, durante o governo da ex-prefeita Angela Guadagnin (PT), por meio de uma alteração na Lei Orgânica do Município.

Em dezembro de 2001, após pressão do setor areeiro, a Câmara aprovou um projeto do vereador Dilermando Dié (PSDB) modificando a legislação, de forma a permitir a volta da atividade.

O prefeito da época, Emanuel Fernandes (PSDB), se negou a regulamentar a proposta, após protestos de ambientalistas —o texto acabou sendo promulgado pelo Legislativo, mas isso não era o suficiente para liberar a extração de areia.

Cinco anos mais tarde, uma nova tentativa de regulamentação do setor custou o cargo do então secretário de Meio Ambiente de São José, Edmundo Carlos de Carvalho.

Ele foi acusado de incluir no projeto do novo Plano Diretor um artigo que liberava a exploração das cavas.

O prefeito Eduardo Cury, que cumpria o primeiro mandato, se disse traído pelo assessor —o tucano prometera durante a campanha eleitoral de 2004 que não liberaria a extração de areia, caso fosse eleito.

O polêmico tópico acabou sendo suprimido do texto final do Plano Diretor e Carvalho, exonerado do cargo.

Atividade causa dano ambiental irreversível

Apesar da proibição incluída na Lei Orgânica em 1994, a exploração de cavas de areia só seria banida em São José dez anos mais tarde, quando os últimos pontos clandestinos de extração foram lacrados pelo Ministério Público. Na época, a cidade tinha 13 portos. Segundo especialistas, as cavas de areia provocam danos irreversíveis ao meio ambiente, como a retirada de mata nativa, a poluição das águas dos rios e a extinção de animais que habitam a várzea. A possibilidade de recuperação das glebas devastadas ainda não é comprovada.

Saneamento Básico

Sabesp inicia operação da nova ETE em janeiro

Estação de Tratamento de Esgoto Taubaté/Tremembé evitará o despejo de 1,8 milhão de litros de esgoto por hora no Paraíba

Raio-X

O Sistema Taubaté-Tremembé

Assinatura do Contrato: 2004

Início das obras: 2005

Valor inicial do contrato: R\$ 80,67 milhões

Valor com o aditamento: R\$ 99,26 milhões

Conclusão prevista: segunda quinzena de janeiro de 2010

População beneficiada: 300 mil habitantes

Índice de tratamento: passará de 2% para 100%

Travessias sob a linha férrea: 5

Travessias sob a rodovia Presidente Dutra: 4

Estações Elevatórias de Esgoto: 10

Localização: Tremembé

Área total: 64,85 hectares

Capacidade máxima de tratamento: 1.539,04 litros de esgoto por segundo

Corpo receptor da ETE: rio Paraíba do Sul

Disposição final dos resíduos sólidos: aterro sanitário da Sasa, em Tremembé

Geração de resíduos sólidos: 12,3 toneladas diárias

▶ à energia elétrica, a Bandeirante está fazendo a estação de rede para nos atender. A outra questão é quanto ao fornecimento de oxigênio puro, cuja licitação já foi aberta e o prazo de entrega é em 16 de janeiro. Isso quer dizer que, sanando esses dois problemas, nós poderemos iniciar as operações", disse o gestor de obras da Sabesp, Sidney Silva.

"Estamos agora fazendo a urbanização e complemento de testes. A expectativa de funcionamento é a partir da segunda quinzena de janeiro", completou.

OPERAÇÃO - O engenheiro disse que, a partir desta data, a estação entrará em uma fase denominada pré-operação, com duração aproxima-

da de seis meses. Durante esse período, técnicos da Sabesp acompanharão o funcionamento do sistema e farão eventuais correções que venham a ser necessárias.

Segundo o engenheiro, durante a pré-operação a capacidade de tratamento da estação será aumentada aos poucos. "Vamos fazer paulatinamente a introdução do esgoto. Pode ser que a gente dê entrada no dia 16 de janeiro com 10% da capacidade. Se der tudo bem, começamos a aumentar."

Inicialmente avaliadas em R\$ 80,67 milhões, as obras tiveram seu custo redimensionado este ano para R\$ 99,26 milhões em função do crescimento das duas cidades, já que o contrato de execução tinha sido assinado em 2004. Com

a readequação dos gastos, a projeção da empresa foi de chegar em janeiro aos 100% de tratamento de esgotos coletados em Taubaté e Tremembé, totalizando 300 mil habitantes. Quando em operação, o sistema vai evitar o lançamento de 1,8 milhão de litros de esgoto por hora no rio Paraíba.

BENEFÍCIOS - Para coordenador do Laboratório de Geoprocessamento) da Unita (Universidade de Taubaté e coordenador do 2º Serhidro (Seminário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul), Getúlio Teixeira Batista, o início das operações da ETE Taubaté/Tremembé vai melhorar a qualidade da água do rio Paraíba. "Acho que será um benefício

tremendo. No Serhidro, nós discutimos este ano a degradação na bacia do Paraíba do Sul e o grande problema é o lançamento de esgoto. A estação vai representar um ganho enorme para a saúde do rio."

SUBDIMENSIONAMENTO - Mas Batista ressalta que faltou no projeto da estação um dimensionamento para o crescimento de Taubaté e Tremembé, cuja população já ultrapassa a casa dos 300 mil habitantes. "A única restrição que vejo é que esta estação vai iniciar suas operações meio que no limite. Daqui a pouco ela será insuficiente para tratar todo o esgoto, rapidamente ela estará aquém da capacidade. Tem que ter uma nova fase de ampliação."

Marcelo Pedrosa

Taubaté

Eletricidade e oxigênio são os dois ingredientes que faltam para as operações da ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) do sistema Taubaté/Tremembé, cujo início está previsto para a segunda quinzena de janeiro.

Em relação à eletricidade, a Bandeirante Enegia iniciou as obras da central que será responsável pelo atendimento do complexo. A Sabesp também corre contra o tempo e já abriu a licitação para a escolha da empresa que fornecerá o oxigênio puro destinado ao tratamento do esgoto.

"Nós temos dois problemas externos à nossa vontade. Quanto ▶